

III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
(SILUBESA)

TEMA 8
POLÍTICAS E PROBLEMAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA
SANITÁRIA E AMBIENTAL

RELATO

JOAQUIM EVARISTO DA SILVA
Director de Serviços de Recursos Hídricos
Direcção Geral dos Recursos Naturais

II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

RELATO DO TEMA 8 - POLÍTICAS E PROBLEMAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

JOAQUIM EVARISTO DA SILVA
Director de Serviços de Recursos Hídricos
Direcção Geral dos Recursos Naturais

A única comunicação apresentada neste tema com o título " O Poder Local e a política sanitária e ambiental" da autoria de Adelino da Silva Tavares, vereador da Câmara Municipal do Seixal, relata de forma interessante a experiência vivida nesta Autarquia.

Apesar da importância de que se reveste o enquadramento institucional das actividades no domínio do saneamento básico e do ambiente não pode deixar de se notar a desmotivação para a sua abordagem. Tal facto pode ter duas explicações de algum imediatismo : as grandes carências que se fazem sentir neste âmbito e que galvanizam um grande esforço para acções pontuais e, a lentidão que caracteriza as mudanças institucionais de fundo pelo peso da burocracia do Estado, pela sofreguidão das acções de curto prazo e pela dificuldade em fomentar discussões que permitam promover consensos de actuação com alguma rapidez.

Neste contexto, a necessidade de ter uma política estável coerente de recursos hídricos, onde o saneamento básico representa um vector de grande importância, tem sido uma preocupação dominante da Direcção Geral dos Recursos Naturais. A extinção da DGRN e a criação do Instituto Nacional da Água e das Administrações de Recursos Hídricos são os passos seguintes a implementar nesta política.

Espera-se que à data da realização deste Simpósio estejam já criados por despacho ministerial cinco Grupos de Trabalho, um para cada uma das regiões hidrográficas em que o país foi dividido, destinados a constituir o embrião das futuras ARH's.

Uma vez despoletado este processo, as relações institucionais entre os vários organismos que tem a ver com a gestão da água nos seus

múltiplos aspectos vão desempenhar um papel marcante em todo o processo. Seria ingenuidade ignorá-lo.

Por isso, se justifica aqui clarificar de forma muito breve as relações institucionais entre as Autarquias e as ARH's e entre estas e as CCR's.

As relações entre as ARH's e as Câmaras são, numa primeira abordagem, as relações que devem existir entre um gestor e o utilizador de um recurso. A utilização da água pelas Autarquias faz-se de duas formas : quando a utiliza para abastecimento público e quando utiliza os meios hídricos como receptores das águas residuais produzidas pelos aglomerados populacionais. Compete às ARH's definir as condições de captação e de rejeição.

Seria no entanto um grave erro esquecer ou deixar de contemplar a especificidade e a importância das Autarquias com utilizador da água.

Para isso, prevê-se a possibilidade de apoio técnico e financeiro para a resolução dos problemas que as afectam, nomeadamente através da celebração de contratos - programa, cuja regulamentação se iniciou em fins do ano passado e cujo enquadramento se encontra já praticamente definido.

As relações entre as ARH's e as CCR's são estabelecidas a um outro nível que tem essencialmente a ver com as atribuições e competências das Comissões de Coordenação Regional.

Às CCR's cabe essencialmente definir a estratégia de desenvolvimento regional mais adequada à sua área de intervenção.

Às ARH's compete desenvolver os meios técnicos e despoletar as acções que viabilizem as estratégias definidas pelas CCR's.

As CCR's apresentam assim um cunho político enquanto as ARH's são essencialmente técnicas.

Nesta articulação desempenha um papel importante o Conselho de Região Hidrográfica, uma espécie de Parlamento regional da água onde estão representados, além dos organismos de planeamento, todos os utilizadores da água.

Pretende-se, assim, criar consensos que motivem e mobilizem os esforços de todos os intervenientes de modo a conseguir melhores e mais rápidos resultados.

Por fim, apenas realçar o esforço que a DGRN conta desenvolver em acções de formação a nível autárquico, o início da Campanha Educativa da Água e a disponibilidade para dialogar, esclarecer e discutir todo o sistema em vias de implementação onde e quando for julgado necessário.